



Rondônia pelos olhos de uma criança: memórias da ocupação, identidade e transformação amazônica

Rondônia thru the eyes of a child: memories of occupation, identity, and amazonian transformation

Marisa de Almeida

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

RESUMO O artigo conta a história do Estado de Rondônia a partir do olhar de criança que

migrou com a família e cresceu sob o céu azul do desenvolvimento. Entre lembranças de salas de aula improvisadas e a paisagem ribeirinha em transformação, a narrativa acompanha sucessivos ciclos econômicos —da pecuária extensiva ao garimpo—bem como a crescente miscigenação que definiu a identidade multicultural rondoniense. À medida que a personagem amadurece, surgem questionamentos sobre o preço ambiental do “progresso” e a intensificação da cobiça internacional pela Amazônia. Com a memória pessoal, fontes documentais do acervo Dante Ribeiro do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - EMERON e clássicos regionais tais como Góes, Catanhede, Reis, Gamarra Télles e Mendonça, o estudo adota metodologia autoetnográfica e análise histórica comparada. Conclui que a experiência individual espelha dilemas coletivos da Amazônia: crescimento econômico, tensões culturais e urgência socioambiental. Ao reafirmar a necessidade de políticas sustentáveis e soberania regional, o trabalho contribui para o debate sobre memória, justiça e desenvolvimento na Amazônia.

Palavras-chave: Rondônia; Migração; Memória infantil; Desenvolvimento amazônico; Sustentabilidade.

ABSTRACT The article tells the story of the State of Rondônia from the perspective of a child who

migrated with their family and grew up under the blue sky of development. Between memories of improvised classrooms and the transforming riverside landscape, the narrative follows successive economic cycles—from extensive cattle ranching to gold mining—as well as the growing miscegenation that defined the multicultural identity of Rondônia. As the character matures, questions arise about the environmental cost of "progress" and the intensification of international greed for the Amazon. With personal memory, documentary sources from the Dante Ribeiro collection of the Court of Justice of the State of Rondônia - EMERON, and regional classics such as Góes, Catanhede, Reis, Gamarra Télles, and Mendonça, the study adopts an autoethnographic methodology and comparative historical analysis. It concludes that individual experience reflects collective dilemmas of the Amazon: economic growth, cultural tensions, and socio-environmental urgency. By reaffirming the need for sustainable policies and regional sovereignty, the work contributes to the debate on memory, justice, and development in the Amazon.

Keywords: Rondônia; Migration; Childhood memory; Amazonian development; Sustainability.

INTRODUÇÃO

Lembro-me das tardes quentes da infância em Porto Velho, quando eu caminhava às margens do rio Madeira ao lado de meu pai. Aos meus olhos de criança, aquele rio imenso era apenas cenário de brincadeiras e imaginação; eu não sabia que suas águas já serviram de rota para desbravadores há séculos. Somente mais tarde que compreendi que a região onde nasci já era habitada por inúmeros povos indígenas muito antes da chegada de

qualsquer exploradores europeus.

Nas conversas em casa e nas aulas de história na escola, ouvi os nomes de alguns desses povos originários – os Karipuna, os Paiter-Suruí, os Cinta-Larga, entre muitos outros – que viviam de forma equilibrada com a floresta. Meu pai sempre enfatizava o respeito que deveríamos ter por esses primeiros habitantes, cujas culturas e línguas diversas formam a raiz mais profunda da identidade rondoniense.

Essas memórias afetivas servem como ponto de partida para narrar a formação do estado de Rondônia pela perspectiva de quem revive suas lembranças infantis enquanto entrelaça os fatos históricos que moldaram a região. Adoto, portanto, um tom narrativo e pessoal, sem abrir mão da precisão histórica fornecida pelas fontes pesquisadas.

A proposta atende ao edital “História de Rondônia, da Justiça e da Amazônia” – especificamente no tema da história da formação do Estado de Rondônia – e busca tornar vívida a jornada histórica do território rondoniense, desde seus primórdios até sua consolidação como estado, em uma linguagem acessível e envolvente.

A metodologia adotada neste artigo é fundamentada na pesquisa histórica-documental, com ênfase na análise de fontes bibliográficas do acervo "Dante Ribeiro", disponibilizado para fins de pesquisa pelo Tribunal de Justiça de Rondônia. A abordagem documental permite reconstruir fatos e contextos históricos a partir de materiais previamente produzidos – como livros, registros oficiais, relatos históricos e estudos acadêmicos – sendo particularmente adequada para a investigação da formação territorial, econômica e cultural de Rondônia.

A seleção das obras foi orientada pelos critérios da temática, a fim de compor um panorama coerente da evolução do território rondoniense desde o período colonial até os desafios contemporâneos.

Foram utilizadas, entre outras, as obras: A odisséia da ocupação amazônica (Góes, 1997), Achegas para a história de Porto Velho (Cantanhede, 1950), A Amazônia na era Pombalina (Mendonça, 2005), A Amazônia e a cobiça internacional (Reis, 1982) e Amazônia: natureza, homem e tempo (Tocantins, 1982), que compõem o acervo referido.

O uso dessas fontes permitiu integrar à narrativa memorialística uma base documental sólida, capaz de conferir rigor histórico ao relato autobiográfico. A análise cruzada entre as lembranças e os dados registrados nos documentos possibilitou interpretar com maior profundidade os ciclos migratórios, os processos de territorialização, as políticas

de colonização e os conflitos fundiários e ambientais que marcaram a formação do Estado de Rondônia.

Além da contextualização oferecida pelas obras consultadas, optou-se por adotar uma perspectiva autoetnográfica e analítico-descritiva, na qual a experiência individual se articula com o processo coletivo de construção social e histórica.

Essa estratégia metodológica permite não apenas reconstruir o passado a partir de documentos históricos, mas também iluminar aspectos subjetivos e afetivos

da vivência amazônica, contribuindo para uma narrativa mais humanizada e plural sobre a história regional.

A história de Rondônia é relativamente recente dentro do contexto brasileiro. Costuma-se dizer que o atual território rondoniense foi uma das últimas fronteiras colonizadas do Brasil.

Os meus antepassados gostavam de contar que esta região era “longe de tudo”, praticamente esquecida, e que foi preciso um grande esforço para integrá-la ao restante do país. De fato, somente no século XVIII a Coroa Portuguesa voltou seus olhos para estas bandas do extremo oeste, após descobrirem ouro nas margens do rio Guaporé, os portugueses fundaram a Capitania de Mato Grosso em 1748 para assegurar estas terras – então constantemente ameaçadas por incursões espanholas – ao seu domínio

Foi nessa época que se ergueu no interior da mata o Real Forte Príncipe da Beira (concluído em 1776), uma fortaleza de pedra à beira do Guaporé, cuja história povoou minhas fantasias.

Sobre a construção do Forte Príncipe Mendonça ressalta seu papel estratégico na consolidação da soberania luso-brasileira:

[...] a fortaleza de Macapá e o Forte Príncipe da Beira constituíam os pilares mestres da rede de fortificações criada pelo Gabinete Pombal; rede que compreendia ainda os fortões S. Joaquim, S. José de Marabitanas, S. Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Bragança. Depois disso, e só então, todas as terras situadas ao norte do rio Amazonas passaram de terra de ninguém a serem terras verdadeiramente luso-brasileiras. [...] Por esta correspondência o leitor tomará conhecimento dos primeiros problemas que surgiram na Amazônia para a administração pombalina [...] visando todos à realização do sonho de D. José e de Pombal: fundar um grande Império Português na América. [...] (MENDONÇA, 2005, v. 1, p. 46-47)

Ao conhecer esse grandioso monumento histórico, imaginava soldados de fardas quentes sob o sol amazônico, guarnecendo as muralhas do forte contra inimigos invisíveis.

OS CICLOS DO ELDORADO AMAZÔNICO E A FORMAÇÃO DO Povo

A quietude isolada de Rondônia começou a mudar no final do século XIX. Quando eu era criança, havia em casa um tronco seco de seringueira que meu avô

mantinha como recordação – ele dizia ter sido seringueiro quando jovem. No auge da exploração da borracha na Amazônia (por volta de 1880-1910), milhares de nordestinos migraram para os seringais desta região em busca do “ouro negro” que brotava das árvores.

Meu avô viera do Ceará nesse fluxo, escapando da seca para tentar a sorte nos seringais do alto Madeira. Nas lembranças ele contava que a selva fechada escondia malárias e perigos, e muitos não resistiram. Mas aqueles que perseveraram criaram os primeiros núcleos de povoamento após séculos, reabrindo picadas na floresta onde antes só os povos indígenas transitavam.

Ao mesmo tempo, outra obra monumental atraía gente do Brasil e do mundo para o coração da Amazônia: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Quando andava pelas ruas antigas de Porto Velho, eu adorava brincar nas locomotivas enferrujadas estacionadas perto da antiga estação – resquícios da lendária ferrovia que um dia ligou Porto Velho às cachoeiras de Guajará-Mirim.

Nas tardes de domingo, costumávamos ir até às ruínas da estação. Ali, entre trilhos enferrujados, ele repetia a famosa frase de Cantanhede (1950, p. 88): “Aqui a selva devorou ferro, homens e sonhos.” Essa lembrança evidencia como a ferrovia — encerrada em 1972 — se mantém viva no imaginário local.

Eu não fazia ideia, então, da epopeia envolvida na construção daquela estrada de ferro. Somente anos mais tarde li que, no início do século XX, mais de cinquenta nacionalidades estiveram envolvidas na construção da Madeira-Mamoré; trabalhadores de dezenas de países participaram da obra e, mesmo após sua conclusão em 1912, muitos decidiram ficar raízes por aqui.

Esses estrangeiros – bolivianos, barbadianos, italianos, americanos e tantos outros – juntaram-se aos brasileiros na formação de um caldeirão humano em plena selva. A ferrovia em si ganhou fama trágica: apelidada de “Ferrovia do Diabo”, custou a vida de milhares de operários vitimados por doenças tropicais e acidentes.

A fim de instruir-me sobre a história, costumavam levar-me ao museu da estrada de ferro e explicava, apontando as velhas fotos em preto e branco, como aquela obra abriu caminhos na mata fechada onde antes só havia trilhas de índios e seringueiros. Com a ferrovia operacional, Porto Velho e Guajará-Mirim se estabeleceram como os primeiros centros urbanos da região no início do século XX.

O fluxo de pessoas e borracha pelo Madeira intensificou o povoamento do então noroeste do Mato Grosso, que mais tarde passaria ao Amazonas e, eventualmente, seria desmembrado como território próprio.

Porém, assim como a primeira febre da borracha arrefeceu após 1910, a lendária ferrovia também teve seus dias contados – dizem que o último apito de locomotiva soou em 1972, quando a Madeira-Mamoré foi desativada. Nos anos 1980, restavam apenas ruínas gloriosas dos trilhos retorcidos engolidos pela selva e vagões antigos que serviam de brinquedo para crianças aventureiras como eu.

A história não parou. Veio a Segunda Guerra Mundial e reacendeu-se o ciclo da borracha. Em meados da década de 1940, o mundo precisava desesperadamente de borracha natural para suprir os Aliados, já que as fontes asiáticas estavam sob controle japonês. O governo brasileiro lançou então a campanha dos “Soldados da Borracha”: milhares de homens, sobretudo nordestinos, foram recrutados e enviados à Amazônia para extraír látex das seringueiras e abastecer o esforço de guerra.

Há relatos que muitos partiram do Sertão quase sem nada, iludido pela promessa de riquezas e anistia militar. Acabaram enfrentando uma luta silenciosa na floresta – contra a malária, a exaustão e a saudade – para produzir o que chamavam de “ouro branco” (a borracha bruta) para os pneus dos jipes e aviões da guerra. Muitos morreram anônimos nessa missão; os que sobreviveram nem sempre receberam o reconhecimento esperado.

Ainda assim, foi mais um momento em que Rondônia – ainda território distante – foi povoada por uma leva significativa de brasileiros de outras regiões, expandindo nossas fronteiras humanas. Além da borracha, outros recursos naturais atraíram gente para Rondônia ao longo do século XX. Em conversas de família, ouvia-se falar de garimpos de diamantes, de cassiterita (minério de estanho) e até de ouro nos rios, que em certas épocas brilharam como novas febres.

Houve ciclos de garimpagem de diamantes, cassiterita e ouro nas décadas de 1950 e 1960 especialmente. Tios e conhecidos migravam de garimpo em garimpo, alguns enriquecendo da noite para o dia, outros voltando de mãos vazias. Essas “corridas ao ouro” também deixaram marcas de esperança e devastação nos sertões de Rondônia, ainda que em escala menor que o ciclo da borracha.

Porém, nenhum movimento populacional seria tão grande e transformador

quanto aquele que presenciei na minha própria infância: a grande migração agrícola das décadas de 1960 a 1980. Ouvi adultos da época compararem Rondônia com a terra de oportunidades – “um novo Eldorado”. E de fato, entre os anos 60 e meados dos 80 ocorreu a maior corrida de milhares de famílias de todos os cantos do Brasil em busca do novo Eldorado nas férteis terras de Rondônia.

Meus próprios pais fizeram parte dessa marcha. No final dos anos 1970, eles deixaram o interior do Paraná atraídos pelas notícias de que aqui havia terra boa e barata esperando por quem quisesse trabalhar. Lembro da longa viagem que fizemos de caminhão: embora em tenra infância, ficou gravada a imagem da BR-364 – a recém-aberta rodovia que rasgava a Amazônia rumo ao desconhecido. Éramos uma dentre milhares de famílias de migrantes, gente vinda do Sul, Sudeste, Nordeste – agricultores, posseiros sem terra, gente humilde movida pelo sonho de prosperar

O governo, sob o regime militar, estimulava essa ocupação sob o lema nacionalista do período era “integrar para não entregar” – integrar a Amazônia ao Brasil para não perdê-la, numa alusão velada ao temor de ingerências estrangeiras na região. Esse chamamento patriótico vinha acompanhado de incentivos concretos como projetos de colonização, lotes distribuídos pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e propaganda oficial que retratava a Amazônia como “terra sem homens para homens sem terra”.

Chegando ao território de Rondônia, vi com meus próprios olhos, ainda criança, a floresta sendo derrubada à nossa volta para dar lugar às roças de café, milho e pastagens. Os colonos trabalhavam de sol a sol para erguer casas de madeira e “fazer a terra produzir”. Cada novo dia revelava uma clareira maior na mata. Naquele tempo, o incentivo de ocupação era forte pelo governante e nada se ouvia sobre preservar a floresta; não havia preocupação com as terras indígenas ou reservas ambientais.

Comunidades indígenas inteiras foram impactadas: povos que viviam nas áreas de colonização sofreram deslocamentos forçados e conflitos, como ocorreu com grupos Arara e Gavião cujas terras foram invadidas por frentes de expansão.

Assim, formou-se o povo de Rondônia que conheci na infância, uma mistura impressionante de gentes e culturas. Na escola em que estudei, encontrei colegas de ascendência sulista – filhos de gaúchos e paranaenses –, colegas filhos de

nordestinos vindos do Ceará, Maranhão, Piauí, além dos ribeirinhos e dos indígenas locais. A população rondoniense tornou-se majoritariamente composta de migrantes de várias partes do Brasil, todos tentando se reinventar nesse canto da Amazônia.

As diferenças de sotaque, culinária e costumes se misturaram. Lembro de vizinhos do Sul que introduziram o chimarrão e festas juninas com influências nordestinas ganhando cores próprias aqui. Rondônia virou um mosaico humano. A forte presença indígena permaneceu significativa, apesar de todos os percalços, e a sociedade local acabou por incorporar muito da cultura desses povos também – fosse nos conhecimentos sobre a floresta ou em palavras e nomes de lugares de origem indígena.

DE TERRITÓRIO A ESTADO: O NASCIMENTO DE RONDÔNIA

Quando meus pais chegaram aqui, nos anos 70, Rondônia ainda não era um estado – era o Território Federal de Rondônia, uma espécie de ente federativo administrado diretamente pela União. Na verdade, aprendi depois que primeiro se chamou Território Federal do Guaporé, criado em 1943 durante o governo Getúlio Vargas, desmembrado do sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso.

Só em 1956 ganhou o nome de Rondônia, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, o grande sertanista desbravador da região.

O avanço da pecuária marcou esse período, conforme registrado por Tocantins (1982, p. 64) que “a floresta cede lugar a pastagens sem que se planeje o amanhã”. Eu via isso no cotidiano: caminhões de gado cruzando estradas empoeiradas e, ao fundo, clarões de queimadas noturnas. A pujança econômica contrastava com a incipiente consciência ecológica de então.

Meu professor dizia que “onde passava o fio telegráfico de Rondon, nascia um povoadão”. De fato, décadas depois, a estrada BR-364 foi aberta mais ou menos sobre aquele mesmo traçado, seguindo o caminho desbravado pelo marechal.

Rondon não foi importante só pelas linhas telegráficas; ele também era lembrado pela sua postura humanitária com os indígenas. Uma frase dele ficou gravada em minha mente juvenil – repetida em aulas de moral e cívica: “Morrer, se preciso for; matar, nunca!” Esse lema, que Rondon adotou ao pacificar tribos durante suas expedições, mostrava o respeito e a ética com que ele tratava os povos nativos. Muitos anos depois, descobri um depoimento famoso do ex-presidente

americano Theodore Roosevelt, que explorou a região do rio da Dúvida com Rondon em 1914. Ele disse, maravilhado: “Tudo ali é belo, majestoso, exuberante; mas não foi a natureza física que nos encantou, foi também a grandeza moral do meu companheiro Rondon – homem modelo, no saber e nas virtudes”.

Compreendi então por que, quando o antigo Território do Guaporé precisava de um novo nome, escolheram “Rondônia”. Era uma homenagem mais que justa a esse patrono desbravador e defensor da Amazônia.

Nos anos finais da década de 1970, corria entre os adultos o boato de que “Rondônia vai virar estado”. Eu tinha cerca de dez anos e, confesso, pouco entendia o que isso mudaria na prática – mas lembro do clima de expectativa e orgulho no ar. O governo militar havia enviado para cá um novo governador do Território, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira – popularmente chamado de “Teixeirão”. Ele assumiu em 1979 e, já no seu primeiro discurso, declarou que sua missão era transformar o Território de Rondônia em um Estado.

Meu pai, que ouvira o discurso no rádio, voltou animado para casa comentando que “agora vai acontecer, teremos nosso próprio estado, com mais autonomia”. Dito e feito: em 22 de dezembro de 1981, o presidente João Figueiredo assinou a Lei Complementar nº 41, criando o Estado de Rondônia como a 23^a unidade da federação brasileira.

Lembro vividamente da festa cívica que tomou conta de Porto Velho no início de janeiro de 1982, quando a criação do estado enfim se concretizou. Houve cerimônia oficial de instalação no dia 4 de janeiro de 1982: bandeiras foram hasteadas, bandas tocaram, e Jorge Teixeira – ainda nomeado pelo presidente – tornou-se o primeiro governador do novo Estado de Rondônia.

Para muita gente comum, inclusive minha família, aquilo significava esperança de mais investimento, mais atenção do governo central e reconhecimento de nossa identidade própria. Não éramos mais um canto esquecido administrado de longe; passávamos a ter voz mais ativa, deputados eleitos, uma estrutura de governo estadual e, posteriormente, nossa própria Constituição estadual e poderes constituídos. Era como atingir a maioridade.

Com o Estado criado em dezembro de 1981, instalou-se rapidamente o novo Judiciário. Conforme registros históricos, em janeiro de 1982 o Poder Judiciário estadual foi oficialmente instalado. Na prática, em 26 de janeiro de 1982 tomou posse uma “Corte temporária” composta por desembargadores nomeados, que iniciaram os trabalhos sob presidência do então Procurador-Geral do Estado, dr.

Fouad Darwich Zacharias.

Em 18 de março de 1982 realizou-se a cerimônia de instalação do Tribunal de Justiça de Rondônia, com Fouad Zacharias como primeiro presidente (e Francisco César Montenegro como vice-presidente). Nos dias 11 e 19 de março daquele ano foram empossados mais desembargadores (Aldo Castanheira, Hélio Fonseca e Dimas Fonseca), completando os sete membros da 1ª Turma do TJRO.

Posteriormente, em 26 de julho de 1982, ocorreu a posse da primeira turma de juízes de direito estaduais concursados. Assim, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ficou estruturado com sete desembargadores e várias varas de juízo de primeiro grau. A organização administrativa interna do TJRO também foi regulamentada por Decreto Estadual nº 12/1982 que estabeleceu seu regimento interno. Esse conjunto de atos legislativos garantiu a autonomia do Judiciário no novo estado.

Ainda, é possível revisitar a história do Poder judiciário, através do Centro Cultural, de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (CCDHM), que é um espaço institucional dedicado à preservação da trajetória da Justiça em Rondônia, com origem na Resolução 017/1999 e inauguração em 16 de dezembro daquele ano no antigo Fórum Criminal Fouad Darwich Zacharias.

Reestruturado em 2021 e atualizado em 2024 (conforme Resoluções 173/2020, 712/2021 e 334/2024), o CCDHM reúne acervos documentais, fotografias e objetos históricos que permitem ao público conhecer desde a instalação do Judiciário rondoniense em 1912 até seus marcos contemporâneos. É possível fazer uma visita presencial ou virtual (por meio do tour 360º), aproximando arte, cultura e memória institucional do cidadão. Por exemplo, fotografias de momentos históricos:

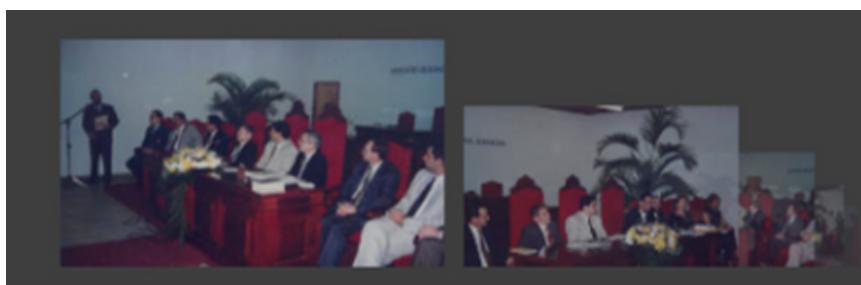


Imagen: Posse de magistrados, retirada do Centro de documentação histórica e de memória do Poder Judiciário de Rondônia

É claro que nem tudo se resolveu com a mudança de status político. Na época da instalação do estado, milhares de famílias ainda aguardavam a regularização de terras pelo Incra, vivendo em acampamentos ou situação precária.

Os desafios administrativos também eram enormes, como por exemplo, cuidar de estradas, escolas, saúde, integrar os municípios recém-criados. Para se ter ideia, Rondônia nasceu com apenas 13 municípios constituídos – quase todo o interior ainda estava por se organizar em cidades e muitas seriam criadas nos anos seguintes. Mesmo assim, aquele momento foi um marco de união e orgulho. Nas escolas, passamos a aprender o significado da nova bandeira de Rondônia (com a estrela simbolizando Rondônia guiando o Norte do Brasil) e cantávamos com entusiasmo o hino rondoniense.

O cheiro de madeira recém serrada misturava-se ao de mato queimado; as derrubadas avançavam pelas margens da BR 364. “Era a maior corrida por terras férteis da história recente do Brasil” — registrou Góes (1997, p. 112) ao descrever o afluxo de paranaenses, gaúchos e nordestinos que, como meus vizinhos, montaram barracos de lona antes de erguer casas de tábua.

Em razão da pouca idade, talvez não compreendesse completamente, mas sentia que algo importante havia mudado pois Rondônia estava oficialmente no mapa, com nome, sobrenome e identidade reconhecida.

DESPERTAR SOCIOAMBIENTAL E INTERESSE INTERNACIONAL

Hoje, Rondônia abriga cerca de 1,8 milhão de habitantes, muitos dos quais, como meus pais e avós, vieram de longe para cá fincar suas esperanças. A economia que outrora se baseava no extrativismo da borracha e na mineração artesanal, hoje se diversificou. O estado tornou-se um grande produtor agropecuário – destacando-se na criação de gado e no plantio de grãos como a soja – e a extração madeireira e de minérios ainda figura na balança comercial.

As cidades cresceram; Porto Velho, que nasceu do canteiro da Madeira-Mamoré, agora é uma capital regional considerável, e núcleos como Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena prosperaram ao longo das estradas abertas nas antigas picadas.

Nessa fase, observo com preocupação os índices de desmatamento e também conforme apontado por Reis (1982, p. 159) sobre o “apetite estrangeiro” em relação a Amazônia, revestido de discursos ora desenvolvimentistas, ora conservacionistas.

Esses estudos fazem eco às minhas memórias recentes tais como reuniões comunitárias, missões internacionais propondo projetos verdes e o temor constante de perdermos soberania sobre nossos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relembrar minha infância e confrontá-la com os registros históricos, vejo como a saga de Rondônia é uma história de construção, coragem e também de lições aprendidas. Em poucas décadas, aquele território remoto e quase intocado transformou-se em um estado pulsante.

Contudo, as memórias felizes de progresso não ofuscam os desafios e impactos deixados por essa rápida ocupação. A mesma terra fértil que atraiu multidões viu também suas florestas serem dramaticamente reduzidas. Essa perda florestal, fruto de anos de agricultura migratória e exploração predatória, trouxe consequências ambientais severas e nos faz lembrar das palavras de advertência de Marechal Rondon sobre respeitar a natureza e os povos da floresta.

Por outro lado, os conflitos fundiários e as questões indígenas oriundas daquele período de colonização desordenada nos legaram a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade, para que a “nova Rondônia” não repita erros do passado.

Ao percorrer essas memórias, percebo que o olhar de criança com que testemunhei parte dessa história captou tanto o encanto das novidades – as estradas, as cidades nascendo, as diferentes culturas se encontrando – quanto algumas contradições que só mais tarde entendi em profundidade. A narrativa da formação de Rondônia é, em última instância, a narrativa de um povo em busca de lugar.

Aqui todos vieram em busca de um lugar para prosperar; os nordestinos dos seringais buscavam sobreviver; Rondon buscava ligar lugares distantes pelo fio do telégrafo; os indígenas lutavam para não perder seu lugar de origem. Todas essas trajetórias se entrecruzaram. O resultado é um estado singular, cujo nome homenageia um pacifista e cuja população carrega a fibra de desbravadores.

Hoje, como adulta, orgulhosa filha de Rondônia, guardo na memória afetiva as histórias que ouvi e vivi – e confirmada, pelas pesquisas e estudos, cada capítulo

dessa jornada épica.

Contar a história de Rondônia pelo meu olhar infantil é também uma forma de lembrar que por trás dos dados históricos frios há vidas, sonhos e vozes. E que a História, em especial a da nossa jovem Rondônia, continua viva e em construção, tal como as memórias que carregamos e transmitimos.

Que possamos aprender com o passado – honrando a coragem dos pioneiros, a sabedoria dos povos tradicionais e os ideais de figuras como Rondon – para construir um futuro onde desenvolvimento e preservação andem de mãos dadas nessa terra de oportunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Cria o Estado de Rondônia e institui seu Poder Judiciário. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp41.htm. Acesso em: 30 jul. 2025.

CAMPOS, Mateus. Rondônia: história e geografia. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rondonia.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CANTANHEDE, Antônio. Achegas para a história de Porto Velho. Manaus: Seção de Artes Gráficas da Escola Técnica de Manaus, 1950.

GAMARRA TÉLLEZ, María del Pilar. Amazonia de Bolivia: economía gomeira (1870–1940): bases económicas de um poder regional: La Casa Suárez. 2. ed. La Paz: Biblioteca del Bicentenario de Bolivia, 2018.

GÓES, Hércules. A odisséia da ocupação amazônica: Rondônia terra de migrantes – histórias de sucessos. 2. ed. Porto Velho: Ecoturismo, 1997.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. História de Rondônia. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/diof/sobre/historia/>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.). A Amazônia na era Pombalina. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 3. 2005 v.

MUSEU VIRTUAL PMRO. Rondon, Patrono deste Território. Disponível em: <<https://museu.pm.ro.gov.br/rondon-patrono-deste-territorio/>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. 5. ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira; SUFRAMA, 1982.

SILVA, Jane et al. Histórias e memórias da colonização de Rondônia. Anais do CONEDU, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2019/ebook2/PROPOSTA_EV127_ID9872_01082019155758.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia: natureza, homem e tempo – uma planificação ecológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO). Centro Cultural de Documentação Histórica e Memória do Poder Judiciário (CCDHM). Porto Velho: TJRO, 2024. Disponível em: <https://ccdhm.tjro.jus.br/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO). Dia da Memória do Poder Judiciário. Relato detalhado das posses dos desembargadores em março de 1982. Disponível em: <https://www.tre-ro.jus.br/institucional/cultura-e-historia/10-de-maio-dia-da-memoria-do-poder-judiciario>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NOTA METODOLÓGICA Este artigo foi desenvolvido com base em pesquisa histórica-documental e análise autoetnográfica, utilizando prioritariamente obras do acervo bibliográfico doado pelo Professor Dante Ribeiro da Fonseca à Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON). A seleção das fontes considerou sua representatividade histórica e contribuição para a reconstrução crítica da trajetória de formação do Estado de Rondônia.